

1967 d

AT. CASTILHO 4.1.67  
DOC 0001

80010  
P.1207  
C21.649

# PEQUENO DICIONÁRIO DE LITERATURA BRASILEIRA

Organizado e dirigido por  
JOSÉ PAULO PAES e MASSAUD MOISÉS



201649



EDITORA CULTRIX  
SÃO PAULO

poema impressiona em muitos de seus trechos; a expressão é sempre de alto nível e fluente, transcendendo suas próprias barreiras de metro e rima. O livro, de qualquer modo, ficará como representativo das correntes herméticas da poesia moderna: é o seu mais amplo documento.

Escreveu também ensaios, biografias, livros infantis, crítica de arte, etc., bem como romances, um dos quais Otto Maria Carpeaux vê como neonaturalista, regional e social (*Calunga*, Pôrto Alegre, 1935) e outro como surrealista (*O Anjo*, Rio, 1934).

OUTRAS OBRAS DO A.: *Poema do Cristão*, Rio, 1953; *Antologia de Sonetos*, 1953. Sua *Obra Completa* (Poesia e Prosa), 2 vols., foi publicada em 1959, Rio.

CONSULTAR: *Obra Poética; A Literatura no Brasil* (dir. de Afrânio Coutinho), vol. III, t. 1, cap. 10 (Péricles Eugênio da Silva Ramos); estudos em *Obra Completa*; Antônio Rangel Bandeira, *Jorge de Lima — O Roteiro de uma Contradição*, Rio, 1959; José Fernando Carneiro, *Apresentação de Jorge de Lima*, Rio, 1958. [P. E. S. R.]

#### LIMA, Manuel de OLIVEIRA

(★ 24/12/1867, Recife, PE; † 31/5/1928, Washington.) Estudou no Curso Superior de Letras (Lisboa). Seguiu a carreira diplomática, dela retirando-se para dedicar-se à pesquisa e ao ensino de História, em Washington, a cuja universidade católica legou sua biblioteca, sob a condição de lá se fundar uma cadeira de estudos brasileiros. Deixou, como obra fundamental, *D. João VI no Brasil* (Rio, 1909), o melhor estudo sobre a transição entre o Brasil-Colônia e a Independência, explorada também no *Reconhecimento do Império* (Rio, 1901), *O Movimento da Independência* (S. Paulo, 1922) e na introdução à *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de F. M. Tavares (Recife, 1917). Na *História da Civilização* (S. Paulo, 1921) nega-se a ver na História uma ciência "positiva". De seus interesses literários, são prova os *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* (Leipzig, 1896) e um estudo em francês sobre Machado de Assis (Paris, 1909).

OUTRAS OBRAS DO A.: *Nos Estados Unidos*, Leipzig, 1899; *Pan-Americanismo, Bolívar-Monroe-Roosevelt*, Paris, 1908; *Evolução Histórica da América Latina, Comparada com a da América Inglesa*, Paris, 1914.

CONSULTAR: Alberto Faria, *Discursos Acadêmicos*, Rio, 1937; Gilberto Freyre, *Perfil de Euclides e Outros Perfis*, Rio, 1944.

[A. B.]

#### LÍNGUA BRASILEIRA

O problema da língua brasileira se pôs a partir do Romantismo, caracterizado pelos senti-

mentos políticos (antilusitanismo, auto-afirmação em oposição ao espírito colonial de subserviência à Europa) e idéias linguísticas da época (naturalismo linguístico de Max Müller, Hovelacque e Whitney, que levou nossos AA. a suporem que, assim como do latim saíra o português, assim deste nasceria o brasileiro). O primeiro trabalho teórico a respeito se deve a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que o publicou num atlas francês de 1826; segue-se José Jorge Paranhos da Silva, com o seu *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, de 1879. José de Alencar tem sido colocado à testa dos defensores da língua brasileira; Gladstone C. de Melo, em estudo apenso à sua edição de *Iracema*, demonstrou a inexatidão do asserto. Para Alencar, língua brasileira é o mesmo que uso brasileiro do português. O Parnasianismo e o Simbolismo reagiram contra essa afirmação de brasilidade de nossa língua, cultivando um português classicizante (vejam-se as edições de AA. clássicos portugueses de Solidônio Leite — *Clássicos Esquecidos* —, e a *Estante Clássica*, dirigida por Laudelino Freire). Além disso, fundou-se a Academia Brasileira de Letras, que deveria zelar pela pureza do idioma e reagir contra os fatores de diversificação; diversos AA. lusitanizantes se agremiaram em torno dela: Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Carlos de Laet, Silva Ramos, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Coelho Neto. O Modernismo retomou o problema; Graça Aranha rompe com a Academia, após haver proposto um dicionário expungido de todos os portuguesismos e que acolhesse vocábulos e frases da linguagem corrente brasileira. A partir daqui, lançam-se os modernistas à busca do sentido brasileiro da língua portuguesa, de que resultou: a) diminuição da distância entre a língua falada e a língua literária, notória durante o período anterior (Simbolismo e Parnasianismo); b) elevação à categoria de estilo nacional do que antes era considerado erro, ignorância de brasileiros. Os que defendiam a existência da língua brasileira alinhavam as seguintes peculiaridades, tidas como exclusivamente nossas: na fonética: mudança do -e final para -i (*gênti, fônti*); redução dos ditongos *ei* e *ou* para -ê e ô (*pexe, ôro*); mudança de *l* para *r* (*marvado*); supressão do -r final (*andá, comê*); passagem da palatal *lh* a *i* (*muíé, fiyo*). Está provado que todos esses fenômenos são encontrados em Portugal, respectivamente no Algarve, na Beira Baixa, Minho, alguns distritos portugueses e em Arrifes e Olivença. Por outro lado, a supressão do *r* e a palatalização do *lh* são fenômenos românicos: cf. fr. *aimer, fille*. Na morfologia, aponta-se a perda do *s* indicador de plural, que passa a ser figurado pelo determinante, e a simplificação das flexões verbais. Trata-se de tendência geral das

línguas a simplificação da morfologia (cf. francês e inglês). Lembra-se, ainda, a forma verbal *hai* (hai tempo que não chove); é conservação de uma forma arcaica, resultante de *habere* + *ibi*, podendo ser encontrada também no francês: *Y avoir*. Na sintaxe: uso do pronome pessoal em função objetiva direta (vi êle); emprego do *ter* por *haber* (hoje tem aula); construção de verbos de movimento com preposição *em* (vou na feira); imperativo negativo na forma de indicativo (não faz isso); colocação pronominal diversa da portuguesa. Quanto aos três primeiros tópicos, trata-se de arcaísmos conservados no Brasil; o emprego do indicativo pelo subjuntivo pode ser encontrado até em Camilo Castelo Branco. O problema de colocação pronominal se resume nisto: a língua antiga, que herdamos no séc. XVI, não tinha a disciplina da atual no que toca à sínclise; além disso, estamos diante de um problema de entonação: os pronomes que são átonos em Portugal são tônicos no Brasil, donde poderem vir à testa da oração, como em "me dá o livro". As únicas diferenças entre a língua do Brasil e de Portugal, insuficientes embora para justificar a existência duma língua brasileira, residem no vocabulário (lembrem-se as 10.000 palavras tupis, designativas de pessoas, lugares, vegetais, animais e comidas, e os 250 vocábulos africanos) e na língua falada, em que se têm reconhecido muitos arcaísmos (cf. pop. *filosomia*, *embigo*, *alembrear*, *auga*, *fruita*, *agardecer*, *saluçõ*, etc.). O estudo da língua falada tem conduzido à dialetologia e à consideração da pronúncia brasileira. Em 1901, José Leite de Vasconcelos enquadrou a língua do Brasil entre os dialetos d'além mar, o que veio ferir os melindres do nativismo pátrio. Tudo não passou de um mal-entendido, pois Leite de Vasconcelos aplicou o termo dialeto ao próprio Português. Foi Amadeu Amaral quem lançou as bases da dialetologia brasileira, com *O Dialeto Caipira* (2.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, 1955). Seguiram-se Antenor Nascentes, que dividiu o falar brasileiro em seis subfalares, reunidos em dois grandes grupos, o do Norte e o do Sul, Mário Marroquim e outros. A delimitação de nossos falares, em que se percebe uma notável unidade, aguarda ainda a documentação rigorosa que só as modernas técnicas de pesquisas dialetológicas podem propiciar. Acentue-se que ainda não temos o atlas lingüístico brasileiro.

Quase nada se fez, também, para se determinar a pronúncia brasileira, bem como nossa entonação. Os que afirmam que nosso falar é arrastado, adocicado e mais lento que o de Portugal, aproximam nossa pronúncia à portuguesa de Quinhentos, escudados em declarações de gramáticos metropolitanos do séc. XVI. Por fim, sendo a língua literária a utilização artística da língua falada, é óbvio que tenhamos um estilo brasileiro, o que por muito tempo se jul-

gou ser a língua brasileira. É de todos aceite que a partir do Romantismo consolidou-se o estilo brasileiro da língua portuguesa.

Cabe à Estilística precisá-lo, com o que se provará concretamente a lusitanidade essencial de nossa língua, enriquecida com a brasilidade de nosso estilo.

CONSULTAR: Serafim da Silva Neto, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Rio, 1951; *Idem*, *Guia Para Estudos Dialetológicos*, Florianópolis, 1955; José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris, 1901; Gladstone Chaves de Melo, *A Língua do Brasil*, Rio, 1946; João Ribeiro, *A Língua Nacional*, 2.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, 1933; Sílvia Elia, *O Problema da Língua Brasileira*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1961; Manuel de Paiva Boléo, "Brasileirismos", in *Brasília*, vol. III, Coimbra, 1946; Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca*, 2.<sup>a</sup> ed., Rio, 1953; Mário Marroquim, *A Língua do Nordeste* (Alagoas e Pernambuco), S. Paulo, 1934; Barbosa Lima Sobrinho, *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, Rio, 1958; Renato Mendonça, *A Influência Africana no Português do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed., Pôrto, 1948.

[A. T. C.]

#### LINGÜÍSTICA

Os estudos lingüísticos no Brasil podem ser divididos em duas épocas, tendo a fundação da Faculdade de Filosofia de S. Paulo (1934) e a do Rio (1939) por divisor de águas. Os autores da primeira época preocuparam-se quase que exclusivamente com a determinação do que era "errado" ou "certo" em linguagem, formulando normas baseadas em preconceitos: ora partiam do exemplo dos autores clássicos, não importando a que período pertencessem, ora se fundamentavam em princípios lógicos concebidos *a priori*. Surgem assim muitas gramáticas de feição classicizante, de que citaremos, resumidamente, as de Antônio Álvares Coruja (1835), Francisco Sotero dos Reis (1862 e 1865), Charles O. A. Grivet (1881), Maximino Maciel (1894), P. José de N. N. Massa (1888), bem como as obras de Ernesto Carneiro Ribeiro, Carlos Góis e Firmino Costa, já nas primeiras décadas do nosso século. As primeiras gramáticas históricas fazem sua aparição: Carlos Hoefer divulga entre nós (1865) a obra de F. Diez e aparecem os livros de M. Pacheco da Silva Jr. (1878), A. Estêvão da Costa e Cunha (1883) e Manuel de Melo (1889). É esta igualmente a época dos "consultórios gramaticais" e das grandes polémicas travadas a propósito do programa do ensino de Português elaborado por Fausto Barreto (1887) e da Reforma Ortográfica de 1912, feita por Gonçalves Viana e defendida por Mário Barreto e Silva Ramos; o problema do purismo deu matéria até para livros de \* J. Norberto de Sousa e Silva e

de Castro Lopes, entre outros. Também a questão da \*língua brasileira foi debatida. Tais polémicas foram sustentadas em jornais do Rio (*Jornal do Comércio e Correio da Manhã*) e eram suscitadas por se atribuir aos autores clássicos um grande rigor lógico e um purismo gramatical inexistentes. A mais famosa foi a de Ernesto Carneiro Ribeiro e \*Rui Barbosa, a propósito do texto do Projeto do Código Civil, tendo-se estendido de 1902 (*Parecer de R. B.*) a 1905 (*Tréplica de E. C. R.*). Heráclito Graça (1903) polemizou com Cândido de Figueiredo e Mário Barreto reuniu em volumes suas respostas a consulentes, salvando assim páginas de grande valor para o estudo da Sintaxe. A Lexicografia foi grandemente versada nesta época, começando por Antônio de Moraes Silva, cujo *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789) explorou cuidadosamente o período clássico. Seguem-se os dicionários e vocabulários de Guilherme de A. Bellegarde (1887), Antônio J. de Macedo Soares (1888), Visconde de Beaurepaire Rohan (1889), Barão de Ramiz Galvão (1907) e Laudelino Freire (1939-1944), em que foram recolhidos muitos africanismos, indianismos, neologismos e termos de gíria. Também as línguas indígenas foram estudadas, porém só na segunda época surgirão trabalhos metódicos, graças ao Museu Paulista, ao Museu Nacional da Quinta da Boa Vista (secção de Antropologia) e mais recentemente, por obra do Departamento de Linguística da Universidade de Brasília. Citaremos, na primeira época, as obras do P. \*José de Anchieta, de Batista Caetano, Almeida Nogueira, Barbosa Rodrigues, Teodoro Sampaio, Stradelli, entre outros. Dentre todos os linguístas desta época destacam-se \*Júlio Ribeiro que, muito bem informado e contrário aos forjadores de regras, renovou o estudo da língua com a *Gramática Portuguesa* (1881); \*João Ribeiro, influenciado pelo idealismo de Vossler, que estudou a fraseologia brasileira em suas origens e aplicações; Eduardo Carlos Pereira, cuja *Gramática Expositiva* alcançou quase cem edições; e Oscar Nobiling, suíço radicado em S. Paulo. São de grande mérito os originalíssimos estudos de Manuel Said Ali Ida, que se ocupou da Sintaxe e da Semântica, cujos aspectos descreveu e interpretou de um ponto de vista psicológico. Finalmente, \*Amadeu Amaral, que lançou as bases da dialetologia brasileira em 1920, com *O Dialeto Caipira*. Cumpre assinalar que aos autores deste período esteve afeta, durante largos anos, também a crítica literária; reduzindo a literatura a uma questão de "estilo" e o estilo a uma questão de gramática, como bem o disse Wilson Martins, insistiram exageradamente em que o escritor devia conhecer bem a língua (o que afinal de contas não passava de um truismo) a fim de justificar seu "método". Destacaremos entre eles Osório Duque Estrada, \*Carlos de

Laet, \*Carlos D. Fernandes e Liberato Bittencourt.

Com a segunda época da Linguística no Brasil se inaugura a fase dos estudos mais científicos, cessando a improvisação e a ausência de método; deve-se isto à instalação das duas primeiras Faculdades de Filosofia brasileiras e, mais recentemente, à criação de núcleos universitários no interior do país, conquanto tais instituições ainda não hajam dado o que delas se espera. Prosseguem os trabalhos de Lexicografia com a publicação do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1.<sup>a</sup> parte, 1932; 2.<sup>a</sup> parte, 1952), obra máxima de Antenor Nascentes, que é autor do projeto do dicionário da Academia Brasileira de Letras e de vários manuais didáticos, além de obras sobre a nossa Dialetologia. Estudos da expressão brasileira do português e da língua literária brasileira têm lugar com Gladstone Chaves de Melo, Herbert Parentes Fortes (o linguísta do \*Modernismo, segundo alguns), M. Cavalcanti Proença, Antônio Houaiss, e outros. O que sobretudo peculiariza esta época é a edição filológica de textos arcaicos e clássicos, os estudos de poética medieval e os trabalhos sobre a história da língua. Citaremos nessa ordem Sousa da Silveira, Augusto Magne, Albino da Bem Veiga, Segismundo Spina, Celso F. Cunha e Otoniel Mota. O extraordinário Serafim da Silva Neto percorreu quase todos os campos assinalados linhas atrás, evidenciando uma vasta informação bibliográfica e dinamizando a Filologia no Brasil com importantes publicações. Cite-se ainda Francisco da Silveira Bueno, que reagiu contra a preocupação excessiva do uso clássico. Como romanista de primeira água, mencione-se Teodoro Henrique Maurer Jr., que se tem voltado especialmente para o estudo do latim vulgar e de alguns problemas complexos da sintaxe portuguesa. A Linguística Geral conta poucos autores: J. Matoso Câmara Jr., que evidencia orientação estruturalista, Sílvio Elia, o latinista Ernesto Faria, e o indo-europeísta A. Marques de Oliveira Filho. Por brevidade, omitem-se outros nomes.

CONSULTAR: Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, vol. IV, parte II, Coimbra, 1929; Maximino Maciel, *Gramática Descritiva*, Rio, 1917; Antenor Nascentes, *Estudos Filológicos*, 1.<sup>a</sup> série, Rio, 1939; J. Matoso Câmara Jr., "Filologia", in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (org. por Rubens Borba de Moraes e William Berrien), Rio, 1949; Serafim da Silva Neto, "A Filologia Portuguesa no Brasil", in *Os Estudos de Linguística Românica na Europa e na América desde 1939 a 1948*, de Manuel de Paiva Boléo, Coimbra, 1951; Teodoro Henrique Maurer Jr., "Os Estudos Linguísticos em S. Paulo", in *O Estado de S. Paulo*, 25/1/1954; João Ribeiro, *Crítica*, vol. V (Filólogos), Rio, 1961.